

Quanto vale uma reportagem?

Rodrigo Barbosa e Silva¹

Para o repórter cinematográfico Gelson Domingos, da TV Bandeirantes, valeu a própria vida. Morto no início da manhã do último domingo, dia 06, enquanto cobria uma operação da Polícia Militar na Favela de Antares, Zona Oeste do Rio de Janeiro, Gelson chegou a avisar aos policiais que observou algumas pessoas atrás dos muros das casas à sua frente e que elas tinham suas reais localizações. Os sons dos tiros escutados nas imagens de Gelson, provavelmente, vinham daquela direção. Logo em seguida, Gelson foi alvejado no peito por um tiro de fuzil que atravessou seu corpo². O colete à prova de balas que utilizava não foi suficiente para garantir a integridade de sua vida.

Aqueles que trabalham com a cobertura de questões policiais, acredito eu, têm a autêntica noção dos riscos que estão correndo. Com mais de 20 anos de profissão, em sua maioria cobrindo eventos na esfera da segurança pública, o cinegrafista Gelson Domingos devia saber bem quais eram os perigos inerentes ao exercício da sua profissão, inclusive, a possibilidade de morrer tamanha a exposição quando se acompanha uma operação da polícia.

Jornalista não é policial, promotor ou juiz. Sua função não é prender, acusar ou julgar. Ele também não é advogado, pois seu papel não é defender. Basicamente, então, a premissa que acompanha o jornalista é a da informação. Mas, nos últimos anos, se tornou comum, principalmente nos programas telejornalísticos com temática policial, visualizar os mediadores, tanto os apresentadores quanto os repórteres, enveredando-se para o lado da polícia. Esta, por sinal, tornou-se parceira dos referidos programas. E é aqui que o problema se contextualiza.

A atuação profissional dos jornalistas, de modo geral, passou a privilegiar somente o trabalho da polícia diante dos acontecimentos criminosos. Não vou aqui apontar se essa postura está certa ou errada, mas é preciso ter clareza do que esta opção pode acarretar. Nas reportagens produzidas, a periferia é apresentada como lugar do tráfico e do consumo de drogas, dos assassinatos, enfim, da criminalidade. São raros os casos em que se mostra o outro lado da moeda, ou seja, toda diversidade de vida existente naquele espaço. Ou será que ainda há pessoas que duvidam da existência de pontos positivos nas localidades periféricas?!

Enquanto a imprensa privilegiar um só lado, limitando-se a acompanhar a polícia e noticiar suas operações, a probabilidade de os jornalistas serem vistos como alcagüetes das forças de segurança e encontrarem reações de hostilidade por parte dos moradores locais é muito grande. Sob a perspectiva de quem está do lado da criminalidade, a situação se agrava ainda mais: quem está ao lado da polícia também é considerado inimigo.

¹ Rodrigo Barbosa e Silva é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS

² <http://www.youtube.com/watch?v=REidt1JERUQ>

Após a fatídica ocorrência com o cinegrafista carioca, e ainda sob o calor das emoções provocado por tal situação, surgem algumas manifestações classistas que, obviamente, lamentam e repudiam a morte do profissional no exercício da sua função. Chegam a abordar o acontecimento como um atentado à liberdade de imprensa no Brasil. Pode ser. Mas é preciso ir além. Acredito que os sindicatos, as associações, os institutos de jornalistas, juntamente com as empresas de comunicação e a própria polícia (por que não?), precisam debater, urgentemente, quais são os limites para uma cobertura com segurança dos assuntos que envolvem questões de segurança pública em nosso país.

Quando é falado em “limite” para a cobertura midiática, até mesmo pela recente história brasileira, corre-se o risco de receber inúmeras críticas por parte daqueles que lutaram, justamente, por uma prática profissional sem limites, sem censura! Concordo. Mas também acredito que o limite não pode ser a própria vida. Nenhuma reportagem vale a vida de um jornalista.